



TOPONÍMIA MARANHENSE: UM PERCURSO SEMIÓTICO DO TEXTO AO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

THE TOPONYMY OF MARANHÃO: A SEMIOTIC PATH FROM THE TEXT TO THE SOCIAL-
HISTORICAL CONTEXT

Maria Célia Dias de Castro¹⁰² & Sebastião Elias Milani¹⁰³

Resumo

A intenção deste trabalho é apresentar aspectos semióticos do texto na toponímia dos municípios maranhenses, com base na teoria greimasiana. Examinamos a organização interna do plano de expressão do texto, por meio da análise dos elementos que compõem os signos verbais e não verbais e das relações entre o plano de expressão e o plano de conteúdo para observarmos como se instaura a enunciação. Observamos que essa enunciação vem pressuposta no discurso por meio das marcas deixadas no percurso gerativo de sentido, em que percebemos os procedimentos de escolha dos temas e das figuras nas estruturas fundamentais e o conflito sustentado pelas formações ideológicas que se instauraram durante toda a construção do texto. Percebemos, por meio da análise, que as escolhas feitas durante o processo enunciativo imprimem um caráter ideológico peculiar ao texto, com valores próprios.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação, contexto sócio-histórico, toponímia maranhense.

Abstract

The intent of this paper is to present semiotic aspects of the text in the toponymy of the municipalities of Maranhão, based on the greimasian theory. We examined the internal organization of the expression plane of the text, through the analysis of the elements that integrate the verbal and nonverbal signs and the relations between the expression plane and content plane to observe how enunciation is established. We observed that this enunciation is presupposed in discourse by means of the marks left on the generative course of sense, in which we noticed the procedures for selecting the themes and figures in the fundamental structures and the conflict sustained by ideological formations that are put in place throughout the construction of the text. We realized, through analysis, that the choices made during the enunciative process imprint a peculiar ideological character to the text, with its own values.

KEYWORDS: enunciation, social-historical context, toponymy of Maranhão.

Introdução

Pretendemos fazer uma descrição e uma interpretação do mapa político (dos municípios maranhenses) e toponímico do Estado do Maranhão, a partir do prisma da Semiótica. A intenção é ultrapassar os limites da análise descritiva para chegar a uma análise explicativa dos mecanismos que estão implícitos na estrutura do processo formador do texto-mapa e que fazem deste um texto da história social

¹⁰² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Área de Estudos Linguísticos – da Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO. E-mail: celialeitecastro@hotmail.com

¹⁰³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO. E-mail: sebas@letras.ufg.br





maranhense. Não se tenciona discutir sobre qual unidade se pauta este estudo, se as linhas, as cores, o lexema, já que a análise permeia entre umas e outras unidades, o que lhe dá um caráter multidistribucional.

A análise do texto resulta de uma interpretação dos elementos básicos contidos nos nomes toponímicos e da relação desses elementos verbais básicos com os visuais e com outros textos que compõem a história sociocultural maranhense, que está enfatizada nas marcas linguísticas constituintes do sentido do texto. Dessa forma, é dada relevância aos fatores visuais plásticos e aos fatores linguísticos formadores da sintaxe e da semântica discursiva. Queremos dizer, as linhas e às cores do mapa, às figuras retóricas, à utilização das categorias de nome, como também aos fatores culturais e históricos constitutivos das experiências que fazem significar os signos componentes desse texto.

Desse modo, é realizada uma descrição básica do plano de expressão ao qual relacionamos o plano de conteúdo, no qual se encontram as significações que retratam a história e a cultura local. Nesse sentido, tenta-se explicar o ponto de vista estrutural interno de formação do texto e também o ponto de vista de formação externa, suas implicações sociais, culturais e históricas que são o âmago da formação de sentido. Esses dois tipos de análise se complementam de forma que o aspecto objetivo da estrutura, expresso pela função referencial, se associe com o aspecto subjetivo, o qual explica a referência cultural e a função (talvez) poética presentes no texto.

As abstrações aqui feitas se pautam nas manifestações verbais e não verbais, em que são examinadas as características específicas explícitas no plano de expressão e no plano de conteúdo. Foi L. Hjelmslev quem demonstrou que é possível examinar os signos a partir desses dois planos, o de conteúdo e o de expressão, de forma separada (BARROS, 2008). O propósito é percorrer-se, a partir do plano de expressão dos sintagmas e das unidades visuais, para o plano de conteúdo, por meio do percurso que gera o sentido.

Sobre o texto-enunciado

Na linguística, como é de conhecimento comum, as mais novas correntes de estudos se propõem a estudar o nível textual como unidade. Este estudo tem como elementos básicos o lexema e as unidades mínimas visuais formadoras da unidade maior: o texto, que é o próprio mapa do Estado. O sentido das unidades lexemáticas, formadoras do texto, faz o texto entrar em conjunção com um sentido maior, que gera os temas e as isotopias e que fazem desse um texto semiótico. Há, pois, nesta análise, a preocupação em perceber o que o conjunto dessas unidades diz e como fazem para dizer o que dizem (BARROS, 2008, p. 7).

Ao nomear, geramos signos linguísticos que formam um sistema com regras próprias. A constituição de um mapa também gera outro signo de caráter visual com





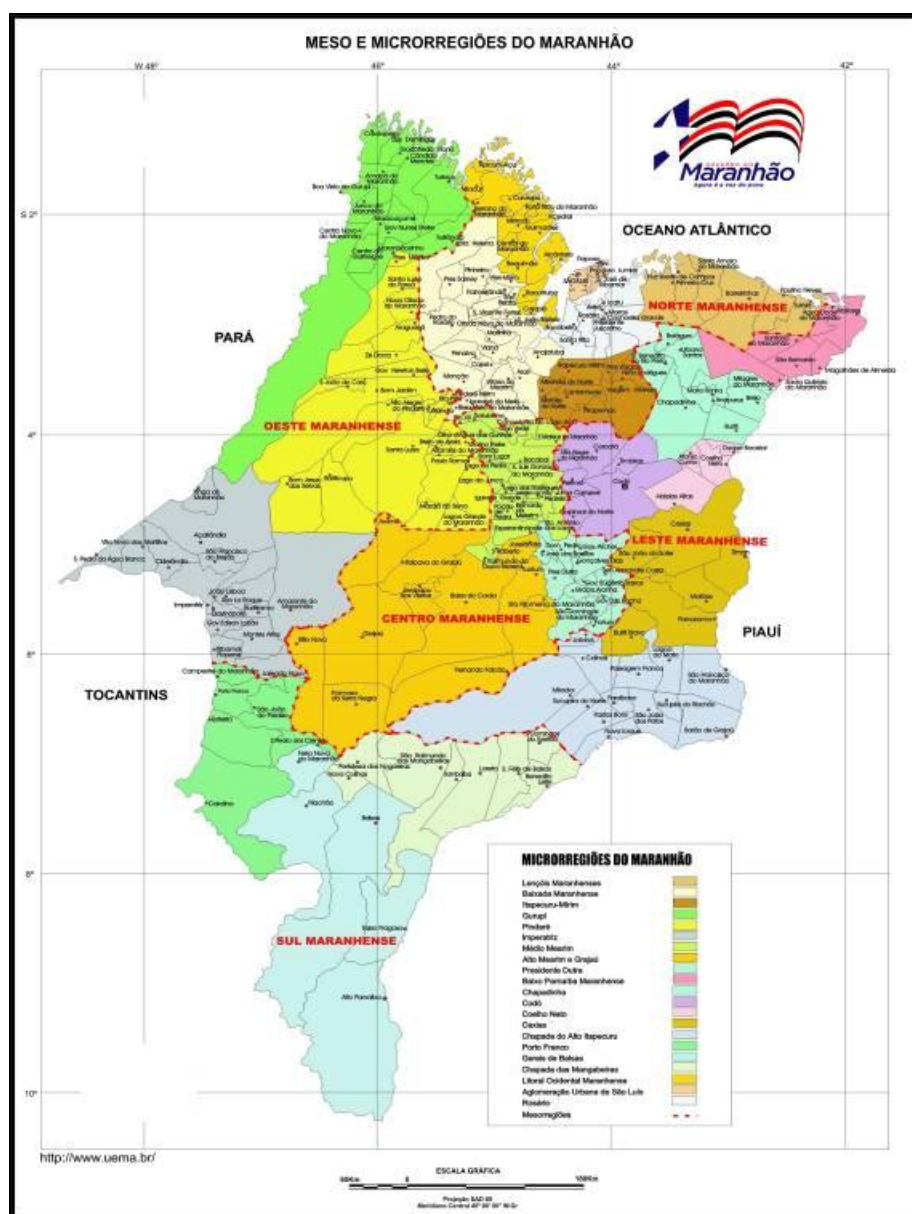
referências que lhe são peculiares. Esses signos são significados de forma metafórica e metonímica, ao passarem pelo processo de representação simbólica e ao recriarem as apreensões percebidas, por meio das concepções de mundo do enunciatário, e legitimam social e civilmente a existência de entidades e de conceitos no mundo real e conceptual, respectivamente.

No processo de nomeação, grande parte dos nomes é instituída de forma arbitrária, posto que nem sempre há ligação entre o significante e o significado, o que postularam Saussure (1995 [1916]) e Whitney (1971 [1871]) como uma das condições de existência do signo linguístico. No entanto, os nomes próprios se caracterizam por designar e identificar os seres de existência real ou não, de forma peculiar. Nesses signos são ressaltados traços sócio-históricos e culturais representativos do indivíduo ou da comunidade nomeadora. Entre esses nomes próprios, os topônimos, os quais compõem verbalmente o mapa e lhe fornecem as referências necessárias de mundo, são exemplos singulares de quão forte se dá o processo motivador de nomeação do signo, no sistema denominador, inclusive na própria estrutura deste, caracterizando o objeto nomeado. Ao processo de significação, aplicado entre o objeto apreendido e o nome que lhe é atribuído, é dado o nome de “referenciação” e o objeto de mundo apreendido conceptualmente e denominado é chamado de “referente”.

O texto abaixo, o mapa do Estado do Maranhão, aparece subdividido em suas unidades municipais e os elementos textuais analisados são o conjunto dos nomes dos municípios maranhenses e as linhas e cores, que se juntam à parte verbal para compor o texto aqui denominado “Mapa do Estado do Maranhão” (doravante MAPEMA). O texto é formado com a plasticidade de caráter cartográfico, composta dos caracteres que lhe são específicos, e ao conjunto verbal são acrescentadas algumas classificações de categorização e de referências toponímicas correspondentes, os quais, juntos, formam um enunciado maior e mais completo para a análise a que se destina.



Mapa 1 – Mapa do Estado do Maranhão

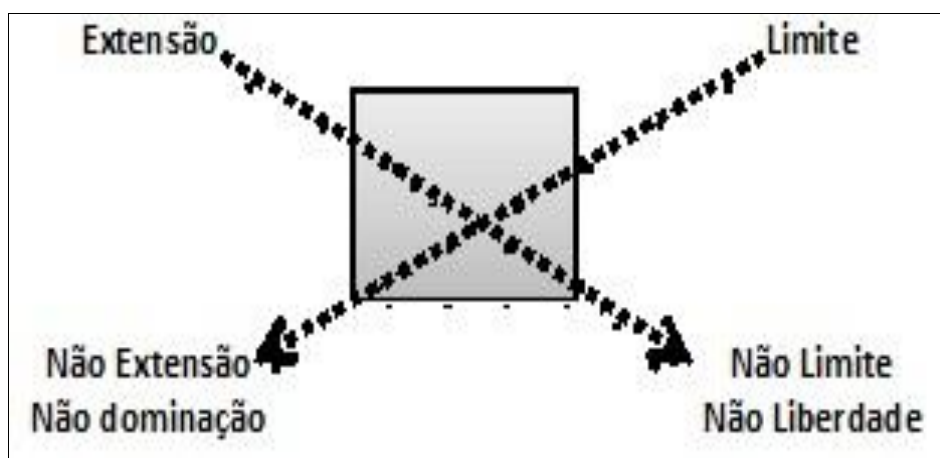


A partir deste primeiro texto é reconstruído um segundo, apenas verbal, denominado Sistema de Classificação Toponímica Maranhense, o qual é organizado em categorias, conforme maiores semelhanças que formam essas subclasses, como apresentado em Castro (2010), com base na taxionomia postulada por Dick (1993), que tem como objetivo servir de instrumento facilitador para a análise discursiva do mapa.

Esses são os instrumentos básicos de investigação, a partir da teoria semiótica aplicada ao texto, desenvolvida por A. J. Greimas (1973) e complementada por J. M. Flosch (1985). Os postulados deste autor fornecem contributos para a análise visual; aquele propõe que um texto deve ser analisado levando-se em consideração três níveis de análise: o “nível fundamental”, o “nível narrativo” e o “nível discursivo”, os quais se inter-relacionam para fazer sentido. Essas contribuições serão aplicadas ao tentar descrever e explicar o que revela o texto maior MAPEMA e como esse texto faz revelar essas significações.

Primeiramente, o MAPEMA sugere que o percurso de suas categorias seja analisado seguindo do sentido disfórico para o eufórico. Isto se dá porque o percurso linear passa do estado de extensão, sem os limites estabelecidos, para o estabelecimento dos limites, até a demarcação desse espaço, o que revela ser esse o percurso desejado. Essas categorias fundamentais passam de um estado de negatividade para o de positividade, portanto, do ponto de vista da organização política, a extensão/liberdade é disfórica e a delimitação/dominação é eufórica.

A semântica fundamental propõe analisar esse nível de relacionamento entre as oposições básicas que compõem o texto como um todo, na forma de um quadrado semiótico. Tomando como base essa proposição para o texto em análise, surge a seguinte figura:



Outras oposições se manifestam no texto não verbal tanto no plano de expressão quanto no plano de conteúdo, conforme o Quadro 2.



QUADRO 2
OUTRAS OPOSIÇÕES DO PLANO DE EXPRESSÃO E DO PLANO DE CONTEÚDO.

PE	Mar	x	Terra
	Norte	x	Sul
	Leste	x	Oeste
	Linhas	x	Cores
	Superior	x	Inferior
	Difuso	x	Nítido
	Cores Frias	x	Cores Quentes
	Alto	x	Baixo
	Velho	x	Novo
	Formas Simples	x	Formas Compostas
PC	Poder	x	Não Poder
	Governo	x	Povo
	Unidade	x	Multiplicidade
	Natureza Institucional	x	Natureza Humana
	Aqui	x	Lá
	Indivisível	x	Divisível

Portanto, pode-se dizer que as relações sintáticas básicas do nível fundamental seguem o seguinte roteiro, a partir do qual se formam as isotopias que permeiam o texto.

Extensão/ → Não Extensão → Delimitação/Propriedade

No que diz respeito à plasticidade, o estilo utilizado no mapa é o linear. A forma não verbal apreende e expressa os objetos de forma delineada, composta de imagens representadas em planos, com formas fechadas pelas linhas de contorno, como apresentado no Quadro 3.





Quadro 3

CATEGORIAS FORMAIS DO PLANO DE EXPRESSÃO DO TEXTO NÃO VERBAL

Categorias Formais	Plano de Expressão
Desenho	Linha
Contorno	Fechado
Disposição	Plano
Totalidade da imagem	Multiplicidade
Clareza	Absoluta
Movimentação	Estática
Cores	Quentes

Há a pluralidade de elementos contínuos que são mostrados por meio dos traços, no mapa, com muita clareza, pela forma da disposição de cada figura de município. O texto verbal se sobressai por ser ressaltada a intencionalidade primeira de informar, é um texto primeiramente objetivo. Só em um segundo momento há marcas de subjetividade nele, por meio da significação dos nomes toponímicos que o identificam. Essa subjetividade é expressa pelas referências em que esses topônimos fazem acionar diversos conceitos tais como as formas topográficas; as dimensões de acidentes geográficos; os animais e as plantas locais; os nomes próprios individuais de personalidades literárias, políticas e religiosas; elementos da cultura material e diversas outras referências, as quais enquadrados em um conjunto sugestivo de taxes (CASTRO, 2010).

Portanto, este é um texto sincrético com características tipicamente informativas no plano de expressão verbal e não verbal.

Nesse sentido, estamos situando a análise a partir de uma enunciação que se porta a favor de um enunciador que é o não índio, é o Estado colonizador, em que a “delimitação” é a “liberdade”. Do ponto de vista do enunciador índio, a euforia é representada pelo estado daqueles que possuem e dominam a sua própria terra, sem preocupação com expropriação e ou delimitação, que têm e que usam livremente sua própria língua e, por isso, são livres. A disforia ocorre a partir do momento em que os indígenas perdem a sua terra e o seu poder de dominar o que lhes é próprio, e o que lhes pertence passa a ser dominado por outros que chegam ao Estado para obterem as terras e o poder, além de serem perseguidos ou escravizados. Ocorre, nesse momento, a mudança de um estado de liberdade para um estado de dominação, em que se instaura a opressão, uma nova ordem e uma nova língua que





conduzem esses enunciadores ao estado de isolamento, de escravidão e ou de dizimação. Para estes, a delimitação é a dominação, a não liberdade, a opressão.

No nível narrativo é verificado como se estrutura a narrativa, a partir do ponto de vista de um sujeito enunciatário, e os elementos já apontados como oposições passam a ser valores que circulam entre os sujeitos, no texto. Na sintaxe narrativa ocorre a análise em que se considera principalmente o plano de expressão e o relacionamento de categorias do significante com o significado.

No MAPEMA, o modo de articulação dos elementos não verbais significantes não parece arbitrário, pois são categorias fixas definidas no plano de expressão. A estrutura desse mapa segue a forma de um pentágono. Os cinco pontos extremos que formam a figura são interligados por uma linha que cerca o espaço territorial e abriga todas as unidades representativas dos municípios. As linhas internas retratam o que é divisível e se tornou múltiplo, não pela dimensão de pertencer a todos, mas a um (ao Estado do Maranhão), estrutura imposta pela história da divisão política. A linha externa retrata a unidade em relação ao múltiplo; o Estado pertence e está em conjunção com todos os municípios. As cores se referem ao que já foi dividido e, no tempo do “agora”, é indivisível e é unidade, não pela dimensão de pertencer a um, mas, teoricamente, a todos (aos munícipes) que ali se instalam.

As linhas são redundantemente lineares, enquanto formas e enquanto marcadores e as cores não são difusas no limite de seus pares, posto que as linhas as delimitam e lhe dão linearidade. Essa linearidade dos traços é que sustenta a ideia de domínio e sugere um paralelo entre as linhas que delimitam um determinado território municipal e se expandem em um *continuum* que leva à unidade do território estadual. As linhas e as cores sustentam tanto o ideal de unidade quanto o de multiplicidade: um Estado (em forma de pentágono) que se tornou “unidade” em sua estrutura, inclusive pela formação de forças, mas que é composto por uma “multiplicidade” que é dependente e dominada.

Na análise, em que se considera o plano de conteúdo, é ressaltado o modo de articulação, em que este é motivado pela relação entre o plano verbal e o visual. Os nomes que aparecem no MAPEMA tornam-se parte da história que o mapa conta: o papel linguístico-ideológico representado a partir de suas conotações sociais, políticas, históricas e religiosas. O Texto não se resume ao mapa. Este conta o processo de formação territorial do Estado do Maranhão e a sua divisão geopolítica. O conteúdo verbal complementa o que é expresso pelo plano visual.

No percurso da ação do esquema narrativo do mapa, conforme a tipologia de valorizações aplicadas à comunicação e marketing, proposta por J. M. Floch (2008), o programa é de base por ser descritivo e apelar para uma valorização utópica, com uma meta final, que é informar acerca da formação do Estado e do Governo que o representa e da identificação do povo que o instaura. O Estado e o Governo parecem utópicos, uma vez que eles representam os municípios e o povo muitas





vezes apenas teórica e abstratamente, podendo até negá-los, na prática, pela falta de assistência em setores que são básicos, tais como educação, saúde e segurança. Os índices (IDH) que o próprio Governo apresenta atestam essa realidade.

A parte não verbal dá um estatuto de legalidade para esse estado de coisas, por meio dos elementos visuais. O programa de uso pode ser representado pelo povo, elemento que almeja a realização final, que seria a escolha de uma representação eficiente para o *status quo*, ou seja, a não opressão ou liberdade, o estado de direito e de cidadania. Também o povo pode ser considerado como valorização prática, pois pode possibilitar a si próprio a realização do programa final, que é a liberdade em sua verdadeira essência. A valorização crítica surge pela interpretação das significações presentes nas lexias toponímicas que negam a valorização utópica na correlação entre o Estado, o Governo e o povo.

Na organização semântica narrativa, o enunciatório é manipulado primeiramente pelo efeito tátil do plano de expressão da figura, em que as imagens lineares dão a ideia de proximidade do homem com a terra, que no mapa é apresentada. As representações figurativas não verbais como as cores e as linhas parecem saltar do papel e chegar até o leitor, por serem mais tangíveis. Também há manipulação da enunciação com o enunciatório, quando o leitor pode se identificar tanto fora quanto inserido no enunciado (mapa), além de sentir-se nele navegando.

No que tange à competência, o texto apresenta o Estado como a representação territorial organizada, social e politicamente, com estrutura própria por meio das instituições que controlam e administram seus interesses e que lhe dão soberania. O Governo, como a capacidade de exercer essa representação do e para o povo e com sabedoria para administrar, a contento, o espaço (Estado) e os recursos dele (Governo) advindos para seus habitantes. O povo, o conjunto de pessoas com os mesmos interesses, com costumes, tradições e histórias semelhantes em relação ao Estado e ao Governo. Esses três elementos têm a competência necessária para realizar a modificação do estado de dominação daquilo ou daqueles que estão oprimidos pelos limites que fazem as amarras da falta de saúde, da falta de conhecimento, pela pobreza, para o estado de liberdade e desenvolvimento. Dessa forma, a performance pode ser exercida pelo Estado, pelo Governo e, principalmente, pelo povo, que pode e deve operar uma mudança no estado de coisas que se encontra no Estado. A mudança seria a grande sanção no e para o Governo, o Estado e o povo.

No nível discursivo, o sujeito da enunciação assume as estruturas discursivas e, do ponto de vista enunciativo do plano de conteúdo, no que diz respeito à sintaxe discursiva, o texto é narrado primeiramente em terceira pessoa. Como o estilo linear (WÖLFFLIN, 2000, *Apud* PIETROFORTE, 2004) marcador do plano de expressão se destaca, isto causa um efeito de sentido na enunciação. O sujeito enunciator é um destinador-manipulador, a fonte <http://www.uema.br>, que quer fazer com que





o enunciatário creia nos dados apresentados. O observador pode ver e perceber o texto sob determinado prisma interpretativo que não somente o do enunciador e instaura os elementos extralinguísticos, por meio das marcas, no enunciado, que ajudam a constituir a enunciação.

O texto é um discurso “enuncivo” que se classifica como a unidade discursiva “enunciado”, cujas características explícitas são a projeção dos actantes e atores de terceira pessoa e da objetividade. Enunciador e enunciatários são distanciados do texto. Há os efeitos causados pela debreagem actancial enunciva, em que a enunciação projeta o afastamento proposital do enunciador para ressaltar o enunciado, dando-lhe efeito de objetividade. Esses papéis da instância enunciativa são instauradores da complexificação apresentada na definição das pessoas: o enunciador, alguém que anuncia sobre o Estado e os municípios – <http://www.uema.br>, e o enunciatário, quem lê as mensagens informadas no mapa. Há ainda uma relação considerada de suma importância para o propósito desta análise, que é a relação metonímica entre o enunciado e a enunciação, posto que é a partir dessa relação que se discorre desde o nível fundamental à semântica discursiva.

Antes, porém, vale afirmar a respeito da representação temporal, em que o tempo pressuposto é o do “então”, debreado para o tempo posto do “agora”. Há uma remota perspectiva de uma debreagem para o tempo do “depois”, desde que haja a *performance*, por meio da mudança. A representação espacial é a do “aqui”.

Em relação ao espaço, há um caminho delineado que leva do espaço do município/estado, representado pelo substantivo “terra”, para o espaço não terra “mar”. Esse caminho ocorre em forma de contiguidade e se dá geofisicamente limitado sempre por via fluvial, representado na plasticidade por linhas características. Essa contiguidade é dinâmica e marca a existência tanto da unidade como das multiplicidades. A delimitação do espaço se faz plasticamente, com contornos bem delineados que criam o efeito de sentido da dinâmica espacial metonímica percorrida pelo município.

Municípios (Estado) → Rio → Mar

O texto MAPESMA apresenta várias figuras que, juntas, sustentam as linhas temáticas que o tecem, conforme sugere o quadro a seguir.





QUADRO 4
TEMAS E FIGURAS QUE RECOBREM O TEXTO

TEMAS	FIGURAS
Divisão Territorial	Mapa Político, as linhas divisórias, os rios.
Multiplicidades Municipais	A diversidade das cores, os nomes que individualizam os municípios
Localização Espacial	Os nomes delimitadores do Estado (Estado do Pará, Tocantins e Piauí), de municípios, e o Oceano Atlântico,
Cultura/História	Os nomes toponímicos

As figuras recobrem os percursos temáticos e, por conseguinte, o enunciado as registra de forma a dar a impressão da real imagem do Estado. Justamente por passar essa ideia de realidade e de verdade acerca do que enuncia, o texto torna-se bastante icônico. Ele leva o enunciatário a crer que a figura é o Estado do Maranhão, ou seja, é um texto bastante referencial, que cria um efeito de realidade. Os revestimentos figurativos presentes como as linhas divisórias dos municípios, linhas representativas dos rios, dos estados limítrofes e as cores formulam o percurso temático da divisão territorial, da limitação dos municípios, da localização espacial.

No que diz respeito à semântica discursiva, a recorrência de temas e de figuras é marcadora dos valores disseminados pela enunciação, mediadora da interpretação do que está implícito no discurso e do que é depreendido a partir do contexto sócio-histórico, graças às relações intertextuais (BARROS, 2008). Assim procedendo, os temas vão-se construindo graças à coerência criada por meio das figuras que se conectam, formando redes de sentido.

Compondo essa rede de significação, os topônimos, por sua vez, retratam a cultura e a história desse Estado e mostram o entrecruzamento de experiências físicas e socioculturais do presente e do passado com a língua. Nomes como *Bequimão*, *Carolina*, *Cândido Mendes*, *Coelho Neto*, *Gonçalves Dias*, *Imperatriz*, e tantos outros visíveis no MAPEMA, nos fazem ver, na superfície da língua, esses registros de historicização.

Algumas possibilidades de leitura estão inscritas significativamente no texto e delas podemos depreender as isotopias que perpassam todo o texto, a partir da plasticidade do mesmo, como a delimitação territorial, a composição interna múltipla do Estado, a unicidade dele e o Estado sendo uma unidade de Governo. Também estão expressos verbalmente muitos valores ideológicos por meio dos





topônimos, tais como (i) valores de vida psíquica e espiritual, nos animotopônimos *Fortuna, Milagres do Maranhão, Vitória do Mearim*; (ii) a identidade e a alteridade presentes no processo formador desse espaço, com a categorização dos etnotopônimos *Araíoses e Timbiras*; iii) a questão religiosa transcendendo as relações territoriais, com os hagiotopônimos *Santa Helena, Santa Rita, São José de Ribamar*, que expressam a cultura religiosa portuguesa; iv) a história política, como apontado anteriormente, com os axiotopônimos (antropotopônimos) *Afonso Cunha, Conceição do Lago-Açu, Fernando Falcão, Godofredo Viana, Tasso Fragoso*; v) a cultura indígena como forma de resistência no processo dominador e denominador com grande percentual de topônimos trazendo a morfologia indígena; enfim, todas essas relações constituidoras do polêmico e conflitante jogo de poder nesse sistema léxico instaurado revelam esses valores ideológicos.

Há diversas metonímias no texto, como a relação de contiguidade que se verifica entre as linhas e as cores, as quais estabelecem uma relação de proximidade entre as cidades, o Estado, o mar. O texto verbal é mais complexo quanto às estruturas conceituais que o formam, tanto metonímica quanto metaforicamente. No entanto, o texto visual está delimitando as possíveis interpretações polissêmicas do texto verbal, já que este se relaciona, primeiramente, de modo referencial, ao passar as informações e, em seguida, expressa bastante subjetividade a partir da significação dos nomes. Há, pois, função de etapa entre o texto verbal e o visual, pois aquele complementa as informações emitidas pelo jogo da plasticidade cartográfica, e juntos apresentam a totalidade da mensagem.

O texto MAPEMA é mais temático do que figurativo (FIORIN, 2008), pelo seu caráter de cientificidade. A figurativização é formada, em sua maioria, por traços, os quais representam um “estado de realidade”. Estes traços descrevem simbólica e iconicamente o Estado. Os temas explicam e interpretam essa realidade por meio de um percurso a partir do qual são retomadas as figuras que subjazem essa tematização (BARROS, 2008). Nesse sentido, a forma de expressão está relacionada com a forma de conteúdo, ou seja, “produz sentido” exatamente por tais correlações.

O texto verbal é formado pelas legendas e pelos nomes toponímicos, que se organizam em traços reiterativos de expressão e são signos semióticos que identificam os espaços por meio de nomes que revelam a substância da identidade desses espaços: a colina, o igarapé, o capinzal, a cachoeira, o monte, o morro, a vargem. Estes substantivos vão sendo descritos por meio de sintagmas nominais com locuções de caráter locativo e genitivo, acionadas pelas estruturas metafóricas e metonímicas, que formam *Colinas, Morros* (geomorfotopônimos), *Igarapé do Meio, Capinzal do Norte, Matões do Norte* (cardinotopônimos), *Cachoeira Grande, Vargem Grande, Montes Altos* (dimensiotopônimos).

Quanto a descrever a realidade geográfica utilizando o nome de pessoas ou de santos, isso se dá em virtude de uma íntima ligação pessoal e ou espiritual desses





com o lugar. Essas lexias tão produtivas e, ao mesmo tempo, opostas, estão presentes nos hagiotopônimos *São Pedro dos Crentes*, *São João dos Patos*, *São Domingos*, *Santa Inês*, *Santa Rita* e revelam quão forte é o sistema religioso no processo denominador. Outro forte grupo de lexias é o dos antropotopônimos com nomes como *Pedro do Rosário*, *Zé Doca*, *Bernardo do Mearim*, *Ribamar Fiquene*. Inserimos como uma classificação inter-relacionada aos antropotopônimos, os axiotopônimos, taxa relativa aos títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios, como “governador” e “presidente”, os mais produtivos, além de “senador” *Senador Alexandre Costa*, “barão” *Barão de Grajaú*, “duque” *Duque Bacelar*, “dom” *Dom Pedro* e “imperatriz” *Imperatriz*. Esses aspectos simbolizam a afetividade do sujeito nomeador, que interfere no sistema denominador local, representando, principalmente, a cultura e a história de seus habitantes com os seus espaços, os quais ajudam a constituir a instância enunciativa do mapa. Essas oposições, distribuídas nas diversas classificações, sustentam uma história colonizadora formada por duas vertentes ideológicas “teocentrismo” X “humanismo” e em ideais de dois períodos diferentes, “medievalismo” X “modernismo”. Outra repetição de oposição de lexias se dá no campo da formação etimológica das palavras, nos nomes de origem indígena e nos nomes de origem portuguesa. Essa morfologia ressalta o processo dialógico da formação desse Estado. A multiplicidade dessas lexias sincretizadas com a organização da expressão plástica forma o texto enunciado, o qual é compreendido em sua totalidade.

Desse modo, a representação verbal desse mapa com essas lexias toponímicas, como também a estrutura plástica desse em forma de pentágono, entrecruzada com a história do Estado que ele representa, leva a crer que há certo semi-simbolismo presente no texto. Isto se dá tendo em vista que essas categorias se correlacionam de forma motivada e possibilitam “uma nova perspectiva de visão e entendimento do mundo”, como define Barros (2008, p.89).

Outro ponto a ser ressaltado é acerca da instância enunciativa. O texto traz explícitas as marcas dessa instância e os topônimos são novamente o instrumento primeiro por meio do qual é possível recuperá-la. O discurso toponímico interno ao texto é enunciado por sujeitos enunciatários diversos, inscritos em tempos e espaços diferentes, pois diferentes são esses traços em relação à instituição dos municípios, do Estado e da feitura do mapa. Essa segmentação histórica esclarece, por exemplo, por que determinados municípios têm os nomes inspirados no sistema representativo dos reinos da natureza, no sistema de transplantação cultural, no sistema religioso, no sistema político ou na genealogia familiar. Esses procedimentos marcam a relação do discurso enunciado no mapa com outros textos, e as diferentes figuras que encadeiam esse discurso também revelam as formações ideológicas que as projetam.

Um município é denominado *Alcântara*, *Axixá*, *Cândido Mendes*, *Cantanbede*, *Governador Archer*, *Presidente Sarney* ou *Santa Rita*, não por acaso, mas porque os





denominadores de uma estância espacial foram motivados a escolherem esse nome. *Alcântara* e *Cantanbede* revelam o processo de transplantação cultural, com base no fato de que os colonizadores portugueses denominam as povoações além-mar em que passam a habitar em homenagem a sua terra natal. *Axixá* conserva, em sua forma, a estrutura da língua dos primeiros habitantes do lugar.

Essas classificações taxionômicas simbolizam mais fortemente a estrutura ideológica de poder na qual se formou o Estado, como também representam o reflexo do comportamento desses denominadores em uma situação sócio-política e das técnicas de que eles se utilizam para se fazerem representar a seus semelhantes, no sistema denominador. *Dom Pedro*, *Governador Archer* e *Presidente Sarney* são nomes reveladores de uma necessidade emancipatória do município, em que houve, geralmente, apoio do político homenageado para essa normalização, ou mesmo uma denominação politicamente imposta. Por conseguinte, não é incomum verificar-se a indignação dos moradores com a imposição de um nome alheio à realidade do lugar. O primeiro nome do município *João Lisboa* era *Gameleira*. Ao passar à condição de vila essa localidade teve o nome modificado para *Vila Simplicio Moreira*, fato que sequer ficou conhecido pelos moradores. Ao ser elevado à categoria de município este foi denominado *João Lisboa*. Caso mais característico se dá com o município de *Senador La Rocque*. A informação acerca desse município é, no sítio do IBGE/Cidades, sobretudo, uma declaração de repúdio às mudanças toponímicas que ocorreram no Estado, a 10 de novembro de 1994. Esse fato se estende a alguns dos oitenta e um municípios emancipados que receberam nomes de políticos, que exerceram ou estavam exercendo cargos políticos, sem que fosse feita uma consulta aos habitantes do lugar, não respeitando os nomes de origem desses municípios.

Portanto, muitos conflitos estão subjacentes ao conjunto de sistemas que formam o índice toponomástico do estado. Todos esses sistemas constituem a instância enunciativa instauradora do texto verbal, inserido num texto visual maior, os quais, juntos, formam o discurso tematizador Mapa do Estado do Maranhão.

Considerações finais

Este trabalho focaliza-se na interface da linguística semiótica com outras ciências humanas, as quais fornecem subsídios complementares a este estudo. Um texto composto pela parte não verbal, o mapa visual propriamente dito (cartográfico) é analisado, assim como a parte de seus traços verbais, os topônimos, os quais dão sentido ao mapa e complementam as informações visuais com o intuito de encontrar os fios que tecem esse texto e, por conseguinte, a história do Estado.

No item acerca do enunciado, foram apresentadas as unidades textuais em que se baseia a análise e o texto MAPEMA, a partir do qual surgem as descrições e interpretações de apoio com algumas classificações toponímicas dos nomes dos municípios maranhenses.





A análise do nível fundamental demonstra um percurso eufórico permeado de oposições facilmente perceptíveis na estrutura superficial do texto. Desse modo é construído o quadrado semiótico que apresenta duas oposições paradoxais básicas *extensão/dominação* e *limite/liberdade*, visualizadas na plasticidade do mapa, além de outras oposições e das categorias formais do plano de expressão do texto não verbal. No entanto, sob o ponto de vista do índio, o percurso segue da disforia para a euforia e faz significar o processo dominador dos colonizadores portugueses sobre aqueles que viviam livremente nessas terras.

O nível narrativo apresenta o relacionamento das categorias do significante com o significado com um programa de base, cujo objetivo principal é informar acerca do espaço que forma o Estado, apresentação esta feita por meio das legendas e dos nomes toponímicos. Nesse programa é apresentada a valorização utópica, que visa informar acerca desse Estado; certa valorização prática, com a possibilidade de fato de uma melhoria; e a valorização crítica, depreendida com base na leitura dos nomes toponímicos. Na semântica narrativa, o enunciatório é, de certa forma, manipulado, e o Governo, o Estado e, principalmente, o povo possuem qualificações necessárias para atuarem no programa narrativo da competência.

No nível discursivo são discutidos, sobretudo, os possíveis sistemas significativos, a partir do ponto de vista do sujeito enunciatório, num tempo posto do “agora” e num espaço do “aqui”. O texto está recoberto de temas e figuras e os revestimentos figurativos plásticos dão um efeito de realidade, enquanto os verbais retratam a natureza, o sistema ideológico dos habitantes, por meio da sócio-história do Estado, enfatizada nas relações de poder que vêm expressas no sistema linguístico, a partir da classificação desses topônimos.

Finalmente, os passos dados objetivaram conhecer o que revelam implícita ou explicitamente esses dados da sociedade maranhense, por meio do “Mapa do Estado do Maranhão” com o seu índice linguístico toponomástico. Estes nomes são verdadeiras palavras-chave da língua para significar elementos geográficos e recuperar fatos históricos e socioculturais, como também são signos linguísticos verbais por excelência.

Referências

- BARROS, Diana L. P. de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo, Ática, 2008.
- CASTRO, M. C. D. de. “Reflexões preliminares de uma pesquisa linguística e sócio-histórica acerca dos topônimos dos municípios maranhenses”. In: *Anais do ROSAE*. Salvador. Universidade Federal da Bahia, Em processo de publicação. 2010.
- DICK, M. V. do A. “A ciranda dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo”. In: *Cadernos de História de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 2, janeiro-dezembro, 1993.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.





FLOCH, Jean-Marie. *Semiótica, Marketing e Comunicazione*. Milão: Franco Angeli, 2002.

GREIMÁS, A. J. *Semântica Estrutural*. São Paulo, Cultrix, 1973.

PIETROFORTE, A. V. *Semiótica Visual*. São Paulo: Contexto, 2007.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 20. ed. São Paulo-SP: Cultrix, 1995, 1. ed. 1916.

WHITNEY, W. Dwight. *Whitney on Language: Selected Writings of William Dwight Whitney*. Cambridge: The MIT Press, 1971, 1. ed. 1871.

